

VII Seminário FESPSP - “Juventude, trabalho e profissão: desafios para o futuro no tempo presente”.

28 de outubro a 01 de novembro de 2019

GT 08 - Trabalho e emprego na viração do capitalismo: interpretando contrastes sociabilidades e organizações

O ensino superior tecnológico como estratégia de desenvolvimento regional e de empregabilidade.

Oswaldo Soulé Junior – Fatec Barueri e Unesp Araraquara¹

Resumo: Este artigo é resultado parcial de uma pesquisa em andamento, de caráter qualitativa, exploratória na qual está sendo feito um estudo de caso envolvendo as unidades da Fatec de Barueri, Carapicuíba, Osasco e Santana do Parnaíba, confrontando seus dados com os disponíveis nas bases do IBGE e IPEA que possam demonstrar se essas regiões investem em educação tecnológica como estratégia de crescimento econômico e de empregabilidade para a mão de obra regional. A pesquisa tem sua origem no atual momento econômico mundial, onde a busca por maior rentabilidade dos recursos investidos, passa pela qualificação da mão de obra. No Brasil, tem-se buscado isso através da oferta de Cursos Superiores Tecnológicos que buscam promover uma aprendizagem rápida e de qualidade. Dentre as ofertas, destacam-se as Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo - Fatecs, do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”. A expansão das Fatecs sofreu forte aceleração a partir do início do século XXI. Essa expansão ocorre normalmente em parceria com os Municípios que veem nela uma oportunidade desenvolvimento econômico e de qualificação da mão de obra local para empregabilidade.

Palavras Chaves: Fatec; Desenvolvimento econômico; Tecnologia; Educação, Empregabilidade.

¹ Mestre em Ciência da Informação; Doutorando em Ciências Sociais- oswaldo.soule@unesp.br

Abstract: This article is the partial result of a qualitative and exploratory research in progress, in which a case study involving Fatec de Barueri, Carapicuíba, Osasco and Santana do Parnaíba units is being compared. IBGE and IPEA bases that can demonstrate whether these regions invest in technological education as a strategy for economic growth and employability for the regional workforce. The research has its origin in the current world economic moment, where the search for greater return on invested resources, goes through the qualification of the workforce. In Brazil, this has been sought through the offer of Technological Higher Courses that seek to promote fast and quality learning. Among the offers, we highlight the Faculties of Technology of the State of São Paulo - Fatecs, of the State Center for Technological Education "Paula Souza". The expansion of the Fatecs has accelerated sharply since the beginning of the 21st century. This expansion usually occurs in partnership with the municipalities that see it as an opportunity for economic development and qualification of the local workforce for employability.

Keywords: Fatec; Economic development; Technology; Education, Employability.

Introdução.

Em um momento econômico mundial, que muitos chamam de globalização, o capitalismo se torna cada vez mais financista, em uma busca contínua e crescente por maior rentabilidade dos capitais investidos. Essa busca se dá através da identificação e exploração de ambientes em que haja menores restrições socioambientais, trabalhista, tributária e com maior capacitação técnica da mão de obra. Para Batista& Müller (2013, p.204)

Durante as últimas décadas, as economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento vêm sofrendo profundas transformações. Essas estão associadas, por um lado, a um processo de reestruturação das formas de organização do capital a nível internacional, sob a influência da ordem político-econômica neoliberal. Por outro lado, estão ligadas a uma nova onda de difusão de inovações tecnológicas e/ou organizacionais ao longo das mais diversas cadeias produtivas,

envolvendo transnacionalização das empresas e integração dos mercados, imprimindo, assim, um novo padrão nas relações interfirmas e uma nova dinâmica na concorrência intercapitalista.

Do ponto de vista da gestão da força de trabalho, é importante destacar que as inovações técnicas/organizacionais implicam na mudança de um modelo baseado no uso extensivo de força de trabalho semiqualficada para outro baseado no uso intensivo da força de trabalho qualificada, polivalente e cooperativa.

Neste contexto o tema educação, em especial nos países em desenvolvimento, tem sido tratado como ponto nevrálgico para o desenvolvimento econômico e da competitividade.

As Instituições de Ensino Superior – IES, são amplamente reconhecidas como fator de desenvolvimento econômico, principalmente a partir de experiências históricas de industrialização tardias, em especial as dos Estados Unidos e da Alemanha que as colocaram na centralidade das suas transformações estruturais da sociedade, tornando-as atores cruciais dos sistemas de inovação. (BRANDÃO, CASTRO & NETO, 2017, p. 277-278).

Diante disso, os programas de educação tecnológica voltada ao trabalho promovem a competitividade pela manutenção e disputa por novos investimentos e empregos, buscando promover o desenvolvimento regional, que segundo Brandão, Castro & Neto(2017, p. 21), refere-se a questões estruturais a serem equacionadas, removidas ou superadas. Estão no campo da necessidade de se empreender uma mudança estrutural, uma reorientação de sentido e de trajetória nas vigas balizadoras do (sub)desenvolvimento regional.

Para Freiesleben&Souza (2018, p. 166), o desenvolvimento regional é uma necessidade de gerir eficazmente os fatores de desenvolvimento, com o melhor uso dos recursos, a garantia de uma maior participação dos diferentes atores e com a busca de soluções para os problemas criados pela dinâmica da economia global, principalmente no tocante aos desequilíbrios espaciais.

A necessidade do Estado em promover o desenvolvimento regional, associado a um ambiente de competitividade, onde a velocidade com que surgem novas tecnologias, novos padrões de gestão e de produção o incentivo educação é norma, sendo bem representada pela educação superior tecnológica. Os cursos superiores tecnológicos, como definido por Favretto & Moretto (2013, p.1), buscam contemplar essa necessidade:

"... são, legalmente, cursos regulares de graduação, regulamentados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e focados no domínio e na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de conhecimentos relacionados a uma ou mais áreas profissionais. Tais cursos têm o objetivo de promover o desenvolvimento de competências profissionais que possibilitem a utilização da tecnologia".

Esses cursos procuram reduzir o tempo de preparação do futuro profissional, entre dois e três anos, para enfrentar esses desafios, atuando também como recurso para atualizar profissionais que não atendam mais as demandas de seus afazeres profissionais, adquirindo novas qualificações que os habilitem a competir nessa nova dinâmica do mercado de trabalho.

A valorização do ensino tecnológico através da história demonstra a necessidade crescente de se produzir mais e melhores profissionais para lidarem com esse ambiente de alta volatilidade. Corroborando, Goldemberg (1993, p.65) diz que especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, reside na alteração do processo produtivo associada ao desenvolvimento tecnológico, o qual exige mão de obra cada vez mais qualificada.

Histórico.

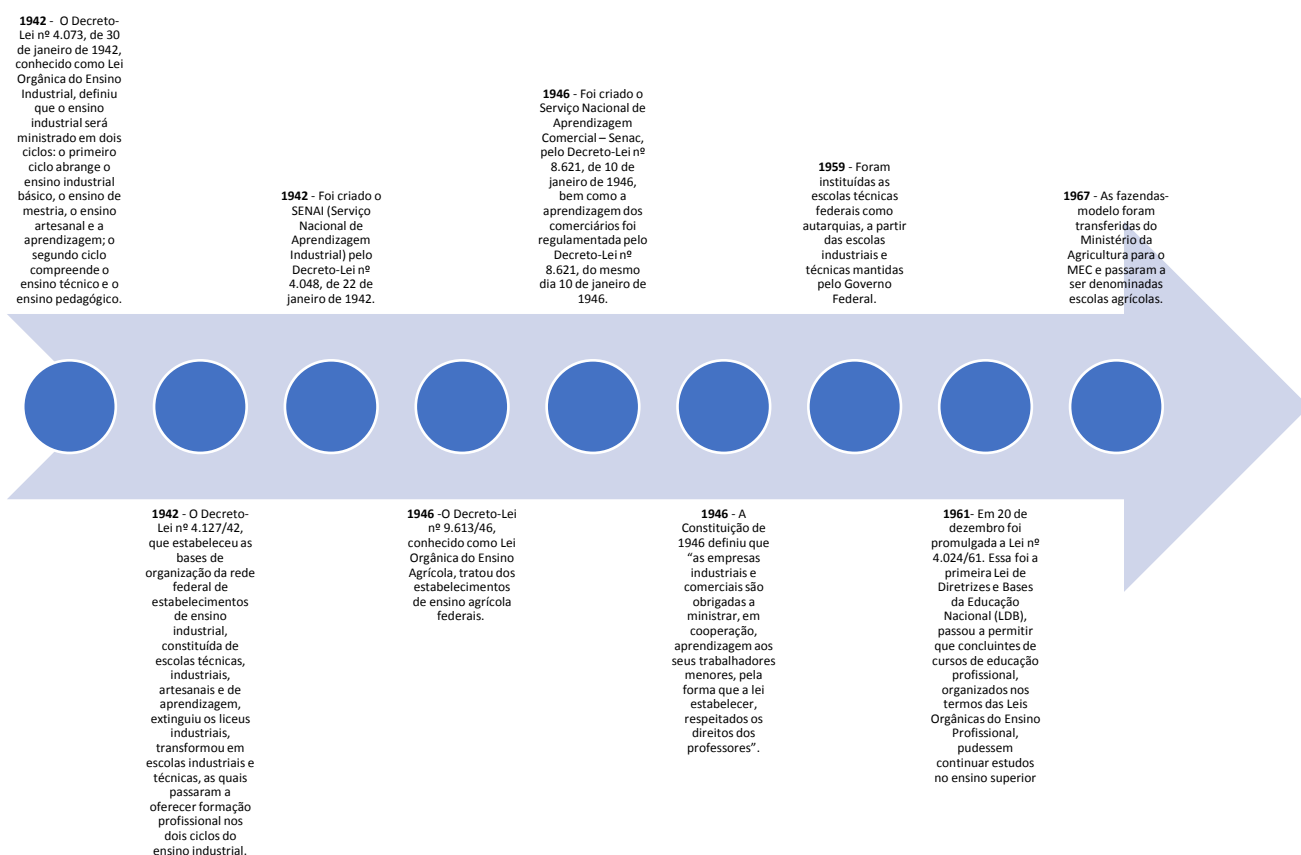
No Brasil, apesar de no período do império terem surgido os primeiros Liceus com o objetivo de atender as necessidades de uma indústria que surgia, o primeiro passo para a discussão formal sobre o ensino técnico no país ocorre em 23 de setembro de 1909, quando o então presidente da República Nilo Peçanha assina o decreto nº 7.566, criando 19 escolas de aprendizes e artífices, dando início

oficialmente ao ensino tecnológico no país. Esse tipo de ensino era voltado as classes mais subalternas da sociedade da época.

No ano de 1927, o decreto O Decreto nº 5.241, de 27 de agosto de 1927, definiu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”.

A Constituição Federal promulgada pelo Governo de Getúlio Vargas em 1937, traz a educação a profissional e industrial em seu Art. 129. , o qual enfatizou o dever de Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União em liceus industriais e instituiu novos liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Art. 37). Na Figura 1, pode-se observar as diversas ações governamentais realizadas para tratar do ensino profissional.

Figura 1: Timeline da Educação Tecnológica no Brasil – Entre 1942 a 1967.



Fonte: Ministério da Educação (SD).

Elaboração: Própria.

No entanto, a grande mudança em relação ao ensino tecnológico ocorre com a Lei nº 5.540, de 1968, que estabelece a Reforma Universitária, a qual, entre outras coisas, propõe a criação de cursos profissionais superiores de curta duração. Com a essa visão é aprimorada, proporcionando a ampliação desse tipo de ensino. Segundo Silva(2008,p.84), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologias foram instituídas em 18/12/2002, pela Resolução nº3, expedida pelo Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno.

Dentro do contexto estabelecido por essas Leis, é criado o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETEPS ou Centro Paula Souza),

mantenedor das Faculdades de Tecnologias do Estado de São Paulo – FATEC², objeto deste estudo. O CEETESP é uma autarquia de regime especial, associada a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – instituição de direito público da administração indireta do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Essa vinculação ao SDECTI, deixa clara a visão do Governo Estadual da importância da educação tecnológica como instrumento para o desenvolvimento econômico do Estado. O órgão que coordena as ações das FATEC, dentro do CEETESP, é a Coordenadoria de Ensino Superior (CESU), criada pela lei complementar nº 1044/2008 e está subdividida em dois grandes setores:

- Setor acadêmico-pedagógico - Deliberação CEETEPS - 12, de 14-12-2009;
- Setor acadêmico-administrativo - Decreto 58.385, de 13-09-2012.

A instituição foi criada pelo decreto-lei de 6 de outubro de 1969, logo na sequência da promulgação da Lei nº 5.540, de 1968, na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967 – 1971), como resultado do trabalho desenvolvido para avaliar a viabilidade de implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de dois e três anos.

Em 1970, começou a operar com o nome de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET)³, com três cursos na área de Construção Civil (Movimento de Terra e Pavimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de Mecânica (Desenhista Projetista e Oficinas). Era o início das Faculdades de Tecnologia do Estado. As duas primeiras foram instaladas nos municípios de Sorocaba e São Paulo.

Consoante ao que aconteceu no ensino particular e federal que tiveram um forte crescimento no oferecimento de unidades e cursos de nível superior tecnológico, tabela 1, as FATEC observaram a partir dos anos 2000 um forte

² <http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>

³ Presente em aproximadamente 300 municípios, a instituição também administra 286 Escolas Técnicas (Etecs), ultrapassando os 207 mil estudantes nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, com 140 cursos técnicos para os setores industrial, agropecuário e de serviços, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, online, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica.

crescimento no número de unidades e oferecimento de cursos, passando de 11 unidades, para 73 unidades no segundo semestre de 2018. Atualmente, as FATEC superam a marca de 82 mil alunos matriculados em 73 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras. Além da graduação, são oferecidos cursos de pós-graduação (Lato e Stricto Sensu), atualização tecnológica e extensão.

Tabela 1 – Evolução do ensino superior no Brasil.

Ano	TOTAL	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e CEFET	FATEC
		Pública	Privada	Público	Privado	Pública	Privada	Pública	Pública
2000	1180	71	85	1	49	85	870	19	11
2001	1383	71	85	2	64	84	1051	26	11
2002	1668	78	84	3	74	114	1284	31	13
2003	1893	79	84	3	78	125	1490	34	13
2004	2013	83	86	3	104	138	1599	34	16
2005	2165	90	86	3	11	138	1737	33	18
2006	2270	92	86	4	115	119	1821	33	28
2007	2281	96	87	4	116	116	1829	33	33
2008	2252	97	86	5	119	100	1811	34	46
2009	2314	100	86	7	120	103	1863	35	50
2010	2378	101	89	7	119	133	1892	37	50
2011	2365	102	88	7	124	135	1869	40	53
2012	2416	108	85	10	129	146	1898	40	56
2013	2391	111	84	10	130	140	1876	40	57
2014	2368	111	84	11	136	136	1850	40	63
2015	2364	107	88	9	140	139	1841	40	65
2016	2407	108	89	10	156	138	1866	40	66
2017	2448	106	93	8	181	142	1878	40	68
2018									73

Fonte: MEC E CEETESP

Elaboração própria.

A dinâmica para a expansão das FATEC se dá a partir, na maioria das vezes, de uma parceria entre o município e o CEETESP. Principalmente a partir da constituição de 1988 que passa dar aos municípios maior autonomia, como afirma Kerbauy (2005,p. 1),

"Os avanços descentralizadores que já vinham ocorrendo antes de 1988, através de sucessivas emendas constitucionais para ampliação dos percentuais do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, tornaram-se mais rápidos com a descentralização dos recursos fiscais. Em consequência, os municípios passaram a ter um maior volume de encargos relativos às políticas sociais e às ações de desenvolvimento econômico local, dando aos governos locais uma capacidade de intervenção efetiva na construção de uma agenda de políticas públicas".

Com essa autonomia, os municípios passam a agir mais intensamente para promover o desenvolvimento econômico, sendo a parceria com o CEETESP uma das formas dessa promoção.

O prefeito de Barueri, Rubens Furlan, em discurso a turma de formandos 2017 da FATEC Barueri, em abril de 2018, dá o tom da importância da educação e dessa parceria para o desenvolvimento socioeconômico da região:

"...quando eu via os ônibus que chegavam à região de Alphaville, trazendo trabalhadores qualificados para trabalhar nas empresas, enchia-me os olhos de lágrimas, pois, os empregos não estavam sendo ocupados pela população local. Então vinha-me a certeza que só promovendo a educação de qualidade em todos os níveis, poderia fazer com que esses empregos ficassem com a população residente na cidade. A FATEC de Barueri é uma parte da realização desse sonho."

Nessa parceria, a responsabilidade do município é a cessão do local físico para a instalação da unidade, o que por muitas vezes ocasiona condições muito diferentes entre as diversas unidades de Fatec. A cargo do CEETESP fica a responsabilidade pela parte pedagógica e administrativa. A escolha dos cursos a serem ministrados se dá através da identificação das necessidades estabelecidas pelo arranjo produtivo local.

Os cursos de Tecnologias das FATEC podem ou não fazer parte do Catalogo Nacional de cursos superiores de Tecnologia (MEC,2016), lançado em 2006, que traz informações sobre a carga horária mínima, que deve ser de 1600, 2000 ou 2400 horas, e infraestrutura recomendada para cada curso, organizando e orientando a sua oferta, em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e as expectativas da sociedade. O catálogo serve como base para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. (MEC-SD).

Independente do curso da FATEC ofertado fazer parte ou não do catálogo, eles obedecem a carga horária de 2400h, a serem contempladas em 6 semestre. Quando um curso da FATEC faz parte do catálogo, ele participa do ENADE. Essa participação não é obrigatória a FATEC, pois ela não é regida pelas regras do MEC e sim pelas regras do Conselho Estadual de Educação de São Paulo – CEESP. A participação tem sido utilizada como forma de divulgação da qualidade dos cursos, os quais em sua grande maioria, tem obtido notas entre 4 e 5, sendo 5 a nota máxima.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória na qual será realizado um estudo de caso na microrregião de Osasco. Uma microrregião é uma área geográfica composta por municípios limítrofes aprovada através da resolução PR-51 de 31/07/1989 e publicada no Suplemento do Boletim de Serviço da Instituição nº 1763 semanas 927 a 931 ano XXXVIII de circulação Interna, pela presidência do IBGE. Apesar do conceito microrregião ser substituído a partir de 2017 (IBGE,2017) pelas regiões geográficas imediatas, este ainda se mostra apropriado aos objetivos deste estudo.

A microrregião Osasco é composta pelas cidades de Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do bom Jesus e Santana do Parnaíba. Dessas, as cidades de Barueri, Carapicuíba, Osasco e Santana do Parnaíba possuem unidades da FATEC e serão o objeto do estudo. Este recorte deve-se a grande importância econômica e populacional representada por esse grupo de cidades, tabela 2, bem como a proximidade entre elas permitindo uma comparação entre as características que estabelecem paralelos e as distingue.

Tabela 2 - Dados demográficos das cidades

	População - estimativa 2018	Salário médio mensal	Pessoal Ocupadas (2016)	População Ocupada (2016)	PIB per capita (2015)
Barueri	271.306	4,5	272.562	102,90%	182.225,17
Carapicuíba	398.611	2,3	41.787	10,60%	13.039,99
Osasco	696.850	3,2	177.943	25,60%	94.801,91
Santana do Parnaíba	136.517	3,2	71.016	54,90%	61.881,62
Total	1.503.284		563.308		

Fonte IBGE (2018)

Elaboração: Própria.

A criação dessas Fatec ocorreu nos seguintes momentos:

- Fatec Barueri – 2009
- Fatec Carapicuíba – 2006
- Fatec Osasco – 2009
- Fatec Santana do Parnaíba – 2015.

A revisão de literatura foi ponto de partida da pesquisa. Ainda serão analisados trabalhos estudos que tratam da problemática do desenvolvimento econômico das cidades, em especial as circunvizinhas as cidades onde se encontram as Fatec selecionadas com o objetivo de inferir sobre a relação entre o crescimento da oferta de cursos de graduação tecnológica e o desenvolvimento econômico regional e o aumento da empregabilidade da população, procurando-se identificar quais são as variáveis já estudadas e quais estão negligenciadas e, ainda, quais podem trazer novas perspectivas. Para isso, será utilizada como base inicial da pesquisa a data de implantação da Fatec nos municípios, quando serão analisados seus dados socioeconômicos, comparando-os com os dados socioeconômicos atuais. Esses dados terão suas buscas realizadas nas base do IBGE e do IPEA.

Considerações finais.

Em seus primeiros passos, essa pesquisa já mostra como foi o processo histórico da implantação dos cursos tecnológicos superiores no Brasil, dando ênfase na Fatec- CEETESP. A criação e o crescimento do número de FATEC, espalhadas pelos mais diversos municípios do Estado de São Paulo, associada a sua vinculação a Secretária do Desenvolvimento Econômico, por si só, vai ao encontro do argumento de que são vistas pelo poder público como dispositivos capazes de alavancar o desenvolvimento econômico regional e melhorar a empregabilidade da população local. A continuidade deste estudo buscará compreender e analisar as questões que levam um município a estabelecer parceria para a implantação de uma unidade da FATEC, bem como os impactos regionais advindos dessa decisão e os critérios que levam o CEETESP a concretizar essa parceria. Para tanto, a pesquisa irá buscar compreender como essa decisão ocorreu para a implantação das FATEC de Barueri, Carapicuíba, Osasco e Santana do Parnaíba, bem como identificar quais eram os benefícios esperados por essa decisão e os resultados reais advindos.

Referências

ALVES, Hellen Cristina de Oliveira. **Caminhos e descaminhos da educação tecnológica no Brasil**. Disponível online em: PORTAL EDUCAÇÃO <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/caminhos-e-descaminhos-da-educacao-tecnologica-no-brasil/66929>

BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (orgs.). **A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas: Alínea, 2013.

BRANDÃO, Carlos Antonio; CASTRO, César Nunes de; NETO, Aristides Monteiro. **Desenvolvimento Regional no Brasil – políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro. IPEA. 2017.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA “PAULA SOUZA” - CEETESP. Deliberação CEETESP 12 - de 15/12/2009 - **Regimento Geral dos Cursos de Graduação das FATEC**. D.O.E de 18-12-2009, Seção I, Pág. 65 - Retificações do D.O. de 15-12-2009, Disponível online em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/cesu/regulamento-de-graduacao.pdf>

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA “PAULA SOUZA” - CEETESP. Deliberação CEETESP 31 - de 27/09/2016 - **Regimento Geral das FATEC**. D.O.E.; Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 127 (11) - 41, terça-feira, 17 de janeiro de 2017 - Disponível online em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/cesu/regimento-geral.pdf>

COORDENADORIA DE ENSINO SUPERIOR - CESU. **Unidade de Ensino Superior de Graduação**. Disponível online em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/cesu/>

FAVRETTO, J; MORETTO, C. F. **Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: a retomada da ênfase na educação profissional**. Revista Educação & Sociedade. Vol. 34, nº123. Campinas, abr/Junho 2013. Disponível online em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000200005>

FREIESLEBEN, Mariane; SOUZA, Flávio Eliziario de. **A Educação como fator de desenvolvimento regional**. Curitiba. Revista FAE, v 21, n. 2, p. 163-178. Jul./Dez. 2018.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas - Volume I**. Rio de Janeiro, 1990. Disponível online em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas - Volume II - Tomo I**. Rio de Janeiro, 1991. Disponível online em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_2.pdf
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Volume II - Tomo II**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível online em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_3.pdf

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E Estatística – IBGE. **Nova divisão territorial com foco nas articulações regionais**. Agência IBGE de Notícias. 29/06/2017. Editora Geociências. Disponível online em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10515-ibge-divulga-nova-divisao-territorial-com-foco-nas-articulacoes-regionais>

FURLAN, Rubens. **Discurso aos formandos de 2017 dos cursos de Comércio Exterior, Eventos, Gestão Empresarial, Gestão da Tecnologia da Informação e Transportes Terrestres da Faculdade de Tecnologia de Barueri “Padre Danilo José de Oliveira Ohl”**. Abril de 2018, anfiteatro do Museu da Bíblia. Barueri.

GOLDEMBERG, José. **O repensar a educação no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 7, n.18, p. 65-137, 1993. Acesso 19/11/2018, disponível online em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. Opinião Pública. Vol. 11, nº2. Campinas, outubro de 2005. Disponível online em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000200003>

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de Juventude: **Políticas Públicas ou Políticas Governamentais**. Disponível online

em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106967/ISSN1982-4718-2005-10-18-193-206.pdf?sequence=1>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia**. 3a Edição. Brasília, 2016. Disponível online

em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Disponível online

em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Disponível online em: <http://portal.mec.gov.br/pro-licenciatura/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>

MOURA, Dante Henrique(organizador). **Produção do Conhecimento, Políticas Públicas e Formação Docente em Educação Profissional**. Campinas. Mercado da Letras. 2013.

SILVA, Marta Leandro da. **A política de avaliação institucional na Educação Tecnológica: as Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza**. Tese de Doutorado defendida na Universidad Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Campus Araraquara.2008.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Concepção de educação tecnológica no brasil: resultado de um processo histórico**. Disponível online

em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/ GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. **Abordagem quanti-qualitativa: Superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação**. V3. n° 61. 2017. p. 21 a 44. Disponível online em: DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>

TEFF, M.A.; GALHARDI, A. C. **O Ensino Tecnológico no Brasil sob a ótica de Instituições Privadas de Ensino**. IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária da América do Sul. Florianópolis, 2004. Disponível online

em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35741/Marcelo%20Antoni>

[o%20Treff%20%20-%20O%20ensino%20tecnol%C3%B3gico%20no%20Brasil.pdf?sequence=4](#)